

Fraude em patrimônio indígena na Amazônia

MPF contesta títulos dados pelo governo do Amazonas a empresários paulistas na Terra Waimiri Atroari

CLEIDE CARVALHO
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br

-SÃO PAULO- Uma ação civil do Ministério Público do Amazonas que pede estudos para revisão dos limites da Terra Indígena Waimiri Atroari pode levar a União a economizar R\$ 300 milhões em indenizações a um grupo de 11 empresários de São Paulo pelo alagamento provocado pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, inaugurada em 1987. Segundo o MPF, títulos de terras, batizados de "paulistas", foram doados irregularmente aos empresários pelo governo do Amazonas com o único objetivo de gerar indenizações milionárias. O lago artificial da usina, formado pelo represamento das águas do Rio Uatumã, teria deixado submerso um terço do território tradicionalmente ocupado pelos índios.

De acordo com a ação, os beneficiados pela doação eram "cidadãos que sequer pisaram o solo amazônico". Com os títulos em mãos, os empresários, todos com endereços de São Paulo, foram à Justiça requerer indenização milionária, que inclui até venda da madeira das árvores que ficaram submersas, alegando que teriam auferido lucro se as tivessem vendido. O pedido de indenização está em fase de execução.

Os procuradores afirmam que, no mesmo período em que o governo traçava o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia e os estudos para instalação da usina na Cachoeira Balbina, no Rio Uatumã, o governo do Amazonas doou lotes justamente na área que os estudos indicavam que seria inundada e, portanto, teria de ser desapropriada. Embora constassem 66 lotes na região alagada, eles estavam concentrados nas mãos dos poucos proprietários moradores de São Paulo ou de empresas por eles comandadas.

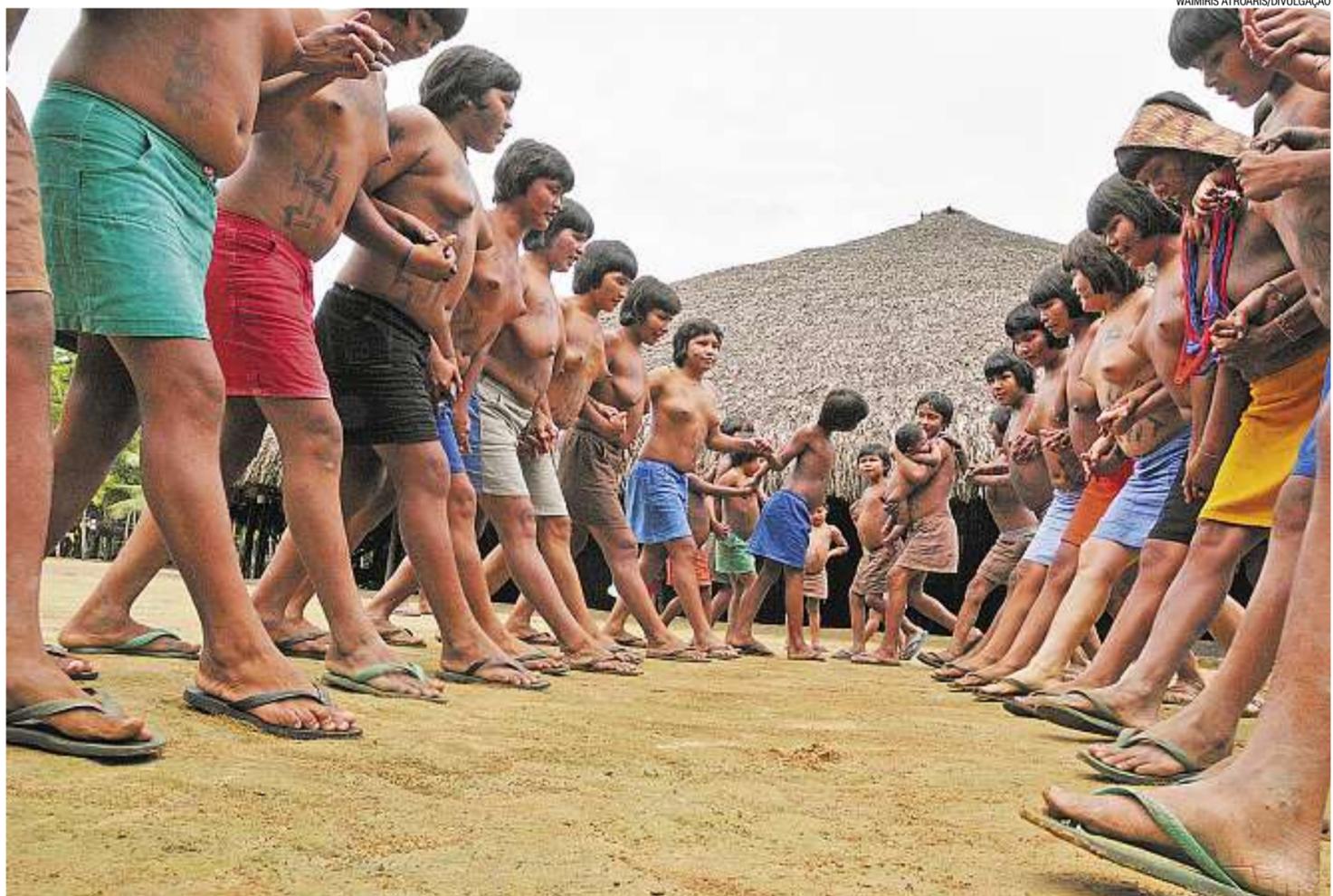
Uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assinada pelo desembargador Cândido Ribeiro, determina que a execução prossiga, uma vez que uma sentença de 30 anos atrás deu ganho de causa aos empresários e condenou a União a indenizá-los. A maioria deles tem mais de 80 anos e pelo menos um terço já teria morrido, beneficiando hoje seus herdeiros. A execução, porém, não foi finalizada e ainda é pendente de citações, segundo despacho do mesmo TRF de abril passado.

A Terra Waimiri Atroari foi criada por decreto, em 1971, com 1.661.900 hectares. Em 1974, foi aumentada em 412.500 hectares. Em 1989, foi homologada com 2.585.911 hectares, excluindo expressamente a área de mineração e a parte a ser alagada pela UHE de Balbina, erguida na Cachoeira Balbina, no Rio Uatumã.

— Foi feito um corte para atender os interesses da Paranapanema na mina de Pitinga — afirma Artur Nobre Mendes, representante da Funai no Programa Waimiri Atroari.

DENÚNCIA DE MASSACRE DE WAIMIRIS

A Mina da Pitinga foi vendida a um grupo peruano e continua a ser explorada. O minério escoou por uma estrada que corta cerca de 38 km da Terra Indígena, e os índios são remunerados por isso. Na Câmara dos Deputados, há pressão para que os índios deixem de con-



Waimiris Atroari. Indígenas participam de atividade em aldeia; ação sobre posse de área alagada da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM) pode gerar débito de R\$ 300 milhões à União

trolar a passagem pela estrada, pois eles fecham o acesso à noite.

Reduzidos a 374 pessoas em meados da década de 70, os índios Waimiris Atroaris foram alvo de um programa de educação e resgate da cultura indígena patrocinado pela Eletrobrás, como compensação pelos impactos ambientais causados pelo lago de Balbina. Hoje, eles somam 1.612 pessoas. Em 2010, segundo dados do Censo, quase a metade deles tinha até 9 anos de idade. O contrato de financiamento da Eletrobrás ao Programa Waimiri Atroari, que durou 25 anos, termina este ano.

Também há denúncias de que os Waimiris tenham sido alvo, no passado, de sucessivos massacres. "Os civilizados são bravos. Mataram-nos. De noite os civilizados vinham". "O pai de Mauro morreu. O irmão mais velho da mulher de Mauro morreu. Civilizados os eliminaram. Atingiram-nos na testa". Reunidos na tese de doutorado do antropólogo Stephen Baines, feita após um período de 18 meses vivido junto com os Waimiris Atroaris, entre 1983 e 1985, os comentários dos índios carecem até hoje de esclarecimento: quantos foram os mortos, e como os civilizados dizimaram os indígenas que viviam em dois grupos entre o Amazonas e Roraima — um na Bacia dos rios Atumã e Camenau, chamados de Waimiris; outro às margens dos rios Alalau e Jauaperi, identificados como Atroaris.

Um inquérito aberto pelo Ministério Público do Amazonas investigará as mortes, que também estão sendo apu-

radas pela Comissão Nacional da Verdade. Um relatório do Comitê da Verdade de Manaus, organizado pelo indigenista Egydio Schwade, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fala em pelo menos dois mil mortos. A estimativa do antropólogo José Porfírio de Carvalho, que integrou a Frente de Atracção e criou na década de 80 o Programa Waimiri Atroari, é que pelo menos 1.100 índios perderam a vida entre a década de 70 e meados de 80.

— Se contei 1.500 índios no fim da década de 70 e restaram apenas 374 no início dos anos 80, morreu no mínimo essa diferença. Morreram de doença e morreram à bala. E armado lá quem estava era o Exército — afirma Carvalho.

Qualquer que seja o número, a morte em massa dos Waimiris Atroaris indica que, por violência ou doenças, um único grupo de brasileiros foi vítima, durante o regime militar, do maior genocídio que se tem notícia no Brasil.

Os índios mortos são, na contagem mais baixa, mais que o dobro dos 457 mortos ou desaparecidos pelos critérios da Comissão da Anistia e da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Ou dez vezes mais do que os 111 presos mortos no Massacre do Carandiru em São Paulo.

A morte dos Waimiris Atroaris começou com a abertura da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista. A tese de Baines relata detalhes da atuação da Funai para retirar os índios das áreas de interesse do governo, numa ação denominada Frente de Atracção, e o ingresso do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) para garantir a abertura da estrada na área ocupada pelos índios. Os Waimiris Atroaris, descritos como altos (1,80 m), fortes e valentes, reagiram até o fim. ●

Números

1.612 PESSOAS são hoje o total da população Waimiri, que nos anos 70 somava 374 pessoas

2,5 MILHÕES de hectares foi o total da terra Waimiri homologado em 1989

Comissão da Verdade analisa crimes contra índios na ditadura

Relatório que estava perdido há mais de 40 anos lista 39 suspeitos de delitos

TATIANA FARAH
tatiana.farah@sp.oglobo.com.br

-SÃO PAULO- A Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Procuradoria Regional da República analisam um inquérito que estava perdido nos arquivos do Museu do Índio, no Rio. Trata-se do chamado "Relatório Figueiredo", perdido havia mais de 40 anos, com levantamento das violações de direitos humanos cometidas por agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que antecedeu a Funai, nos primeiros anos da ditadura militar. As 7,2 mil páginas do relatório, elaborado em 1968, apontam dezenas de nomes de pessoas que estariam envolvidas em nove tipos de crimes, como casos de maus-tratos, assassinato, escravização dos índios e roubo.

O documento foi feito pelo procurador Jader de Figueiredo, a pedido do próprio governo militar. Ele fez uma expedição de investigação por 18 unidades da Federação. Figueire-

do pediu o indiciamento de dezenas de pessoas, supostamente envolvidas em crimes de violência, apropriação de recursos, roubo e dilapidação do patrimônio indígena, mas os casos não prosperaram. O pesquisador Marcelo Zelic, do Armazém Memória e vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, foi quem localizou o documento e apresentou à Comissão da Verdade a lista com 39 nomes, a maioria civis, relacionados à tortura e morte de índios.

Acreditava-se que o relatório havia sido queimado em um incêndio, mas os 30 volumes foram encontrados em caixas dentro do Museu do Índio. O material já foi digitalizado e está sob estudo da Comissão da Verdade. Responsável pela questão indígena da CNV, a psicanalista Maria Rita Kehl afirmou que é preciso analisar o documento com cuidado, mas destacou sua importância. O procurador regional da República Marlon Weichert também analisa o relatório.

Para Zelic, o documento tem uma importância não só pelas violações, mas por mostrar ainda que práticas devem ser evitadas para que essas situações não se repitam. ●

Técnico do Bacen
Só nível médio

R\$5.290

Ótima oportunidade no Banco Central

Já saiu no Diário Oficial a autorização para o concurso de técnico do Banco Central. É uma ótima oportunidade para quem possui o nível médio. Edital deverá ser divulgado em. Provas previstas para setembro. Se você pretende conquistar esse emprego e fazer carreira no Banco Central, então é hora de mergulhar nos estudos. Este é um investimento que vale para toda a vida. E para conquistar esse emprego pode contar com a orientação da Degrau Cultural.

Outras boas oportunidades na carreira pública estão ao seu alcance

Analista do Bacen

Nível superior • R\$13.333 mensais

Um emprego no Banco Central significa um projeto de vida. Prepare-se e conquiste sua vaga.

Assistente do Detran

Nível médio • R\$1.814 mensais

Escolhida a organizadora: 112 vagas de assistente administrativo e 430 para assistente de trânsito.

Polícia Rodoviária

Nível superior • R\$6.479 mensais

Saiu autorização no Diário Oficial para mil vagas na PRF. Uma delas pode ser sua.

Turmas intensivas especiais

Início dia 15: quarta-feira, manhã, tarde ou noite

Início dia 18: só aos sábados

DEGRAU CULTURAL
Sua melhor opção em concursos
www.degraucultural.com.br

CENTRO I: Rua da Alameda, 80/2º - 3970-1015 • CENTRO II: Pça. Machado Góes, 2/2º - 2279-8256 • MADUREIRA: Rua Américo Brasileiro, 230 - 3355-2901
MEIR: Rua Manoel Barbosa, 23/2º - 3295-8857 • COPA: Av. N. Sra. Copacabana, 807/2º - 3816-1142 • CARIAS: Av. Pres. Kennedy, 1203/3º - 3659-1523
NITERÓI: Rua São Pedro, 151/sj - 3604-8234 • ALCANTARA: Rua Manoel João Gonçalves, 414/2º - 2603-3480 • TIQUARA: Estrada do Tndia, 1730 - 2435-2611
CAMPO GRANDE: Av. Cesário de Melo, nº 3311 - 2412-1531 • NOVA IGUAÇU: Rua Heráclito Sales de Azevedo, 40/sj - 2767-0771 • BONJOURNO: Rua Dona Isabel, 126 - 2560-5827

MÃE, SENTAÍ !

Por apenas **\$ 24,99**

GUANAPLAST
40 ANOS

ligue pra gente
3433-5033
visite nosso site

• Cadeira DISTROT PRIME
• Certificado INMETRO - 120 Kg.
• Preço à vista
• Até fim do estoque

COLÉGIO DE SÃO BENTO
Páscoa dos Ex-Alunos

É com muita alegria que convidamos os ex-alunos a participarem da nossa confraternização anual, no próximo domingo, dia 19/5/2013, às 8h30min, no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Cordialmente
Dom Filipe da Silva, OSB Abade
Dom Miguel da Silva Vieira, OSB Retor

ANUNCIE NOS CLASSIFICADOS DO RIO. TODO MUNDO VÊ.

CLASSIFICADOS DO RIO
2534-4333
classificadosorio.com.br
O GLOBO EXTRA